TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

INTIMAÇÃO NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 33311

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INTIMAÇÃO Nº 47

Protocolo TRE/PA n.º 12.028/2009

Agravante(s): José Botelho dos Santos e Ivanildo Sarraff da Trindade

Advogado(s): Cláudio Ronaldo Barros Bordalo e outros

1º Agravado(s): Coligação Aliança pela Liberdade

Advogado(s): Inocêncio Mártires e outros

2º Agravado(s): Gandor Callil Hage Neto e Raimunda Crisolete Almeida Monteiro

Advogado(s): Hércules da Rocha Paixão e outro

Assunto: Decisão que negou seguimento ao recurso especial eleitoral, interposto nos autos do Recurso Eleitoral nº. 4101/TRE/PA.

Ficam intimados os agravados para no prazo de 3 (três) dias, querendo, apresentar contra-razões ao agravo de instrumento, nos termos do que dispõe o art. 279, § 3º do Código Eleitoral. Resolução

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 33242 RESOLUÇÃO N.º 4.735

INSTRUÇÃO N.º 26 – PARÁ (MUNICÍPIO DE BELÉM)

Relator: Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ INSTITUI O DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO DA JUSTIÇA ELEITORAL, NO ÂMBITO DA SECRETARIA E CARTÓRIOS DA CAPITAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando a necessidade de se atingir os objetivos insculpidos no art. 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal, no que concerne a razoável duração do processo e aos meios que garantam a celeridade de sua tramitação, bem como a essencial observância dos princípios da publicidade, da eficiência e da economia dos atos processuais;

Considerando a Lei n. 11.419/2006, que versa sobre a informatização do processo judicial;

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 154, do Código de Processo Civil (redação dada pela Lei n. 11.280, de 15.02.2006, publicada em 17.02.2006),

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Diário da Justiça Eletrônico (DJE), da Justiça Eleitoral do Pará, no âmbito da Secretaria do Tribunal e Cartórios Eleitorais da Capital, como instrumento de publicação de atos judiciais, administrativos e de comunicações em geral desta Justiça Especializada.

Art. 2º. O Diário da Justiça Eletrônico substitui a versão impressa das publicações oficiais desta Justiça Especializada e será veiculado gratuitamente na rede mundial de computadores (internet), no endereço www.tre-pa.jus.br, de livre acesso para leitura e impressão de suas edições.

§ 1º. As publicações serão realizadas também no formato impresso, por meio dos órgãos oficiais de imprensa ou jornais de grande circulação, sempre que houver determinação legal ou judicial.

§ 2º. A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal quando lei ou determinação judicial assim exigir.

Art. 3º. Após a implantação do Diário da Justiça Eletrônico, haverá um período de transição de pelo menos 30 (trinta) dias, quando as publicações serão feitas de forma impressa e eletrônica.

§ 1º. Enquanto coexistirem as publicações no órgão oficial do Estado e eletrônica, prevalecerão, para os efeitos de contagem de prazo e demais implicações processuais, o conteúdo e a data da publicação da Imprensa Oficial do Estado do Pará.

§ 2º. Encerrado o período de transição, o DJE substituirá integralmente a versão do órgão oficial do Estado.

Art. 4º. Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico.

§ 1º. Os prazos processuais terão início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

§ 2º. As unidades deste Regional devem encaminhar para o setor competente para disponibilização da informação no Diário de Justiça Eletrônico, os arquivos das matérias para publicação, no máximo até duas horas antes do término do expediente.

Art. 5º. As edições do Diário da Justiça Eletrônico serão assinadas digitalmente, atendendo aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

Art. 6º. As edições do DJE terão periodicidade diária, disponibilizadas de segunda a sexta-feira a partir das oito horas, exceto em feriados forenses, nacionais e nos dias em que não houver expediente na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, salvo legislação específica que regulamente o período eleitoral e que disponha de modo diverso.

Parágrafo único. Poderá ser veiculada edição extraordinária, por determinação da Presidência do Tribunal, inclusive durante o período de recesso forense.

Art. 7º. A publicação dos atos processuais praticados durante o período eleitoral obedecerá a critérios disciplinados em legislação específica.

Art. 8º. Após a publicação, os documentos não poderão sofrer modificações ou supressões.

Parágrafo único. Eventuais retificações de documentos deverão constar de nova publicação.

Art. 9º. A Biblioteca manterá, obrigatoriamente, cópias de segurança dos arquivos eletrônicos do Diário da Justiça Eletrônico para fins de consulta pelas partes, advogados e jurisdicionados.

Art. 10. As edições do DJE serão arquivadas permanentemente em meio magnético.

Art. 11. Ao Tribunal Regional Eleitoral do Pará são reservados os direitos autorais e de publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Art. 12. Cabe ao Diretor-Geral da Secretaria baixar os atos necessários ao funcionamento e controle do sistema.

Art. 13. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Art. 14. Esta resolução entra em vigor na data da publicação e será veiculada durante 30 dias no órgão de imprensa oficial do Estado do Pará, nos termos preceituados pelo § 5º do artigo 4º da Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 23 de junho de 2009.

Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES - Relator e Presidente, em exercício, Juiz Federal DANIEL SANTOS ROCHA SOBRAL, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO, Juiz PAULO GOMES JUSSARA JÚNIOR, Juiz JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO, Juiz CÉLIO SIMÕES DE SOUZA, Dra. ANA KARÍZIA TÁVORA TEIXEIRA NOGUEIRA - Procuradora Regional Eleitoral Substituta.

PAUTA E ACÓRDÃOS. NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 33356

Pauta de Julgamento n.º 166 - Elaborada nos termos do Regimento Interno, para julgamento do processo abaixo relacionado, assim como dos adiados ou constantes de pautas já publicadas:

A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará comunica aos interessados que o processo abaixo discriminado foi incluído em pauta para a Sessão de 08/10/2009, quinta-feira, às 08:30 horas, em cumprimento ao disposto no art. 271, § 2º do Código Eleitoral, c/c arts. 93, 94, § 1º do Regimento Interno.

01. RECURSO ELEITORAL Nº 4518

ORIGEM: SÃO FRANCISCO DO PARÁ - PA

ASSUNTO: AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO - ABUSO DE PODER ECONÔMICO - CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO - CESSÃO DE VEÍCULOS (ÔNIBUS) PARA COMÍCIOS E CARREATAS - CASSAÇÃO DE DIPLOMA/MANDATO - PREFEITO/VICE - EXTINÇÃO DO PROC. COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ, NOS AUTOS DO PROC. Nº 005/2009/47ª ZE

RECORRENTE : PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC - SÃO FRANCISCO DO PARÁ

ADVOGADOS : ANTÔNIO CARLOS AIDO MACIEL E OUTROS

RECORRIDOS : EDSON BATISTA LEITÃO E REGINALDO DE ARAÚJO VASCONCELOS

ADVOGADOS : MARIA APARECIDA DA SILVA FARIAS E OUTROS

ACÓRDÃO N.º 22.541

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA N.º 55 – PARÁ (Município de Irituia)

Relator: Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO

Embargante: JEFFERSON DE OLIVEIRA LIMA

Advogado: MÁRIO DAVI PRADO SÁ

Embargados: WALCIR OLIVEIRA DA COSTA E LUIS VANDERLEY RISUENHO DE ALENCAR

Advogado: CLÁUDIO RONALDO DE BARROS BORDALO E OUTROS

Embargado: ACÓRDÃO N.º 22.475 DO TRE/PA.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS MODIFICATIVOS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO, IMPROVIDO E RECONHECIDO COMO PROTETATÓRIO. MULTA APLICADA.

A decisão contida no acórdão não apresenta nenhum vício que motive seu ataque via Embargos Declaratórios, razão pela qual, estes devem ser rejeitados e declarados meramente protetatórios, sendo aplicada à parte recorrente, sanção pecuniária.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer dos Embargos de Declaração, porém os rejeitar, aplicando a multa de cinco mil reais por serem protetatórios, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 29 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz ANDRÉ RAMY PEREIRA BASSALO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 22.542

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N.º 4485 – PARÁ (Município de Medicilândia)

Relator: Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Embargantes: IVO VALENTIM MULLER, JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA E COLIGAÇÃO UNIDOS PELO PROGRESSO DE MEDICILÂNDIA

Advogados: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI, MAURÍCIO BLANCO DE ALMEIDA E SÁVIO L. M. RODRIGUES

Embargantes: PARTIDO DEMOCRÁTICO - DEM DO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA E PARTIDO SOCIAL CRISTÃO - PSC DO MUNICÍPIO DE MEDICILÂNDIA

Advogado: ALTAIR KUHN

Embargadas: MARIA LENIR TREVISAN TORRES E COLIGAÇÃO COM A FORÇA DO POVO

Advogados: SELECINA HENRIQUE LOCATELLI E OUTROS

Embargado: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL - JUNTO À 85ª ZONA ELEITORAL

Embargado: ACÓRDÃO Nº 22.498

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - RECURSO CONHECIDO, IMPROVIDO E RECONHECIDO COMO PROTETATÓRIO - MULTA APLICADA.

1. Os embargos de declaração é recurso de argumentação vinculada, e somente pode ser manejado quando tenha o intuito de suprir eventual lacuna havida no julgado, desde que provocada por omissão, contradição ou obscuridade, o que não é o caso dos autos.

2. O intuito dos embargantes é a reforma do julgado e não suprir omissão, contradição ou obscuridade na decisão, razão pela qual rejeito os embargos e os declaro meramente protetatórios.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, conhecer dos Embargos de Declaração, porém os rejeitar, aplicando a multa de cinco mil reais para cada recurso, por serem protetatórios, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 29 de setembro de 2009.

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA – Presidente, Juiz JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO – Relator, Dr. UBIRATAN CAZETTA - Procurador Regional Eleitoral.

ACÓRDÃO N.º 19.186

AÇÃO CAUTELAR COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 1458 – CLASSE XI – PARÁ (05ª Zona Eleitoral - Município de Igarapé-Açu)

Relatora: Juíza ANGELA SERRA SALES

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

1º Requerido: VICENTE DE PAULA PEDROSA DA SILVA

2º Requerido: PAULO ROBERTO RODRIGUES DOS REIS

AÇÃO CAUTELAR COM PEDIDO DE LIMINAR. RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. EFEITO SUSPENSIVO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.

Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, considerando ser incabível a ação cautelar, que objetiva emprestar efeito suspensivo ativo a recurso interposto contra decisão interlocutória proferida pelo juízo a quo, em sede de Investigação Judicial.

ACORDAM os Juizes Membros do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, à unanimidade, aprovar a questão de ordem, suscitada da tribuna, no sentido de que os recursos eleitorais ordinários interpostos contra decisões interlocutórias proferidas nos autos das Ações de Investigações Judiciais Eleitorais deverão ser processados em autos apartados e remetidos a esta Corte, sem prejuízo da continuidade dos feitos respectivos, como forma de assegurar a celeridade do trâmite do processo principal, determinando que esta providência seja estendida, também, aos processos em tramitação. Julgar extinto o processo sem julgamento do mérito, ante a impossibilidade jurídica do pedido, nos termos do voto da Relatora.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Belém, 05 de maio de 2005.

Desembargadora ALBANIRA LOBATO BEMERGUY – Presidente, em exercício, Juíza ANGELA SERRA SALES – Relatora, Dr. FELÍCIO PONTES JR. - Procurador Regional Eleitoral.

INTIMAÇÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 33376

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 192/09

RECURSO ESPECIAL NO RECURSO ELEITORAL Nº 4.466

RECORRENTE: COLIGAÇÃO RURÓPOLIS DE VOLTA AO TRABALHO

ADVOGADO: SÁBATO GIOVANI MEGALE ROSSETTI e Outros

RECORRIDO: VILSON GONÇALVES

ADVOGADO: ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS

RECORRIDO: APARECIDO FLORENTINO DA SILVA

ADVOGADO: MAIRA GUIMARÃES DE ALENCAR e Outros

Ficam INTIMADAS as partes, por seus advogados, da decisão do Exmo. Sr. Desembargador João José da Silva Maroja – Presidente, proferida nos autos em epígrafe, conforme abaixo: "Vistos, etc.

Cuida-se de Recurso Especial Eleitoral interposto pela Coligação "RURÓPOLIS DE VOLTA AO TRABALHO" visando reformar a decisão consubstanciada no Acórdão nº 22.522 (fls. 820/830), através do qual esta Corte, à unanimidade, rejeitou a preliminar de intempestividade, conheceu do recurso eleitoral em epígrafe e, no mérito, negou-lhe provimento, mantendo inalterada a sentença recorrida que julgou improcedente a Ação de Investigação Judicial Eleitoral.

A insurgente interpõe o presente apelo especial com fundamento nos arts. 121, §4º, I da Constituição Federal e 276, I, "a" do Código Eleitoral, aduzindo, em síntese, que: 1) o aresto combatido merece reforma por contrariar o art. 22 da LC nº 64/90 e o art. 41-A da Lei 9.504/97; 2) apesar de reconhecer a ilicitude da conduta vedada dos recorridos, tendente a desequilibrar o pleito, o TRE-PA teria se limitado a "presumir que a diferença de votos referendária a irregularidade das contratações dos servidores temporários, afastando o inequívoco abuso do poder político, negando, assim, vigência ao disposto no art. 22, caput da LC nº 64/90" e 3) o decism vergastado diverge da jurisprudencial